

Governo Federal
concede aval para o
Profisco II

pág. 04

Entrevista com
Roberto Abreu

pág. 11

Família **Sefaz**



**Equipe da SGP visita sítios
produtores de orgânicos**

pág. 08

**Pernambuco vai aderir
ao Protocolo ICMS 82**

pág. 16



Marcelo Barros
Secretário da Fazenda

Caro servidor, cara servidora,

É com grande satisfação que trazemos a quarta edição da Família Sefaz. Esta é a primeira edição de 2017 e, nela, iremos destacar importantes informações sobre o trabalho daqueles que fazem a Sefaz-PE. Começamos a leitura com a ótima notícia do aval da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) do Governo Federal para a execução do Profisco II. Também vamos mostrar como anda a preparação desta entidade para aderir ao Protocolo ICMS 82/2012, que trará grandes avanços no combate às fraudes fiscais.

Uma das maiores novidades para este ano é a disseminação da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), instrumento que dará mais segurança na compra e venda de mercadorias. Saiba mais sobre o tema na matéria sobre a sistemática.

Você também terá a oportunidade de viajar, junto

com a equipe da Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP), para conhecer a plantação dos produtores de Glória do Goitá que trazem os itens fresquinhos e saudáveis para comercializar nas nossas feiras de orgânicos.

A entrevista do nosso diretor Roberto Abreu fala dos planos de aperfeiçoamento na política fiscal e das suas perspectivas para os cenários econômicos nacional e internacional, nos próximos meses.

Convidamos também para a leitura dos progressos alcançados pelo programa de Educação Fiscal que leva noções de cidadania, empreendedorismo e da importância dos tributos para 300 escolas de referência do Estado.

Espero que gostem do nosso trabalho. Procuramos sempre destacar notícias do seu interesse e que valorizem o árduo e importante trabalho realizado pelos membros desta Casa.

SUMÁRIO



04 EM PAUTA
Governo Federal concede aval para o Profisco II



06 + FISCALIZAÇÃO
Nota Fiscal Eletrônica

07 + SEFAZ
Equipe da SGP visita sítios produtores de orgânicos



11 ENTREVISTA
Roberto Abreu, diretor da Diretoria Geral de Política Tributária

13 EDUCAÇÃO FISCAL
Formando uma nova geração de empreendedores

14 + AGRESTE
DRR II RF realiza quatro grandes operações de combate à sonegação

15 + SERTÃO
Petrolina recebe reforços de novos auditores



16 +FISCALIZAÇÃO
Pernambuco vai aderir ao Protocolo ICMS 82

18 CONVÊNIOS
Convênios trazem benefícios para servidores

EXPEDIENTE

Família **Sefaz**

Publicação trimestral da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco | Rua do Imperador Dom Pedro II, S/Nº, Santo Antônio | Recife-PE | CEP.: 50.010-240

Governador de Pernambuco
Paulo Câmara
Secretário da Fazenda
Marcelo Barros

Coordenador de Controle do Tesouro Estadual
Edilberto Xavier

Coordenador da Administração Tributária Estadual
Bernardo D'Almeida
Secretário Executivo de Coordenação Institucional
Leonardo Santos

Diretora de Comunicação
Viviane Barros Lima

Edição e textos
Germana Telles
João Victor Gomes
Tauan Saturnino
Viviane Barros Lima

Diagramação e projeto gráfico
George Uamirim

Fotos

Germana Telles
Tauan Saturnino

Governo Federal concede aval para o Profisco II

Daniella Myrian, Superintendente de Planejamento Estratégico

Projeto é importante para o aperfeiçoamento da gestão fazendária e da administração tributária

A Comissão de Financiamentos Externos (Coflex) do Governo Federal deu aval para a execução do Projeto de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (Profisco II). A reunião de deliberação aconteceu no dia 28 de abril e a aprovação foi publicada no site do Ministério do Planejamento. O Profisco II continuará o importante movimento de aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e do contencioso fiscal, além da administração financeira e gasto público. Além de Pernambuco, quatro estados pleiteavam junto à União o aval para seus projetos de modernização fiscais com financiamento internacional: Maranhão, Piauí, Pará e Ceará, que também receberam uma resposta positiva por parte do Governo Federal.

Pernambuco já participou de dois programas de modernização fiscal financiados por empréstimos internacionais. De 1998 a 2004 fez parte do Programa Nacional de Apoio à Ges-

tão Administrativa e Fiscal dos Estados (PNAFE), coordenado pelo Ministério da Fazenda. Já entre 2010 e 2016 foi realizado o primeiro Profisco, que resultou em um empréstimo de US\$ 15 milhões por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Profisco II aportará um investimento total de US\$ 15,77 milhões que serão aplicados em diversas projetos da Sefaz-PE e de outras Secretarias em temas relacionados à gestão fiscal. Do valor total, US\$ 14,33 milhões serão financiados com recursos do BID e US\$ 1,44 milhão será a contrapartida estadual. O prazo para a execução do Profisco II será de até cinco anos.

A coordenação do Profisco em Pernambuco é feita pela Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) da Sefaz-PE. No trabalho de preparação da carta consulta foi aplicado um diagnóstico de Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal (**leia mais na matéria abaixo**),

Esse diagnóstico multisetorial contou com a participação de mais de 80 técnicos e permitiu a identificação dos principais desafios e problemas que precisam ser enfrentados pela gestão fiscal de Pernambuco. Uma parte relevante desses desafios pode ser eliminada ou mitigada com recursos do Profisco II. Entre eles estão a deficiência na fiscalização das operações dos segmentos de varejo e venda de combustível, a visão fragmentada e não sistematizada da cobrança, as dificuldades na adequação da secretaria às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, as insuficiências nos processos do Tesouro e a falta de ferramentas automatizadas para a elaboração do fluxo de caixa.

De acordo com a superintendente da SPE, Daniella Myrian, para que o Profisco II seja implementado já a partir de 2018 é necessário que o contrato com o BID seja assinado até março do próximo ano. Isso ainda dependerá da missão de preparação do projeto pelo BID e da aprova-

ção final por parte do Governo Federal, previstas para acontecerem até o final deste ano. Daniella Myrian comentou que o Profisco II também será importante para outros órgãos do Governo do Estado.

“Em que pesem todos os esforços e evolução trazidos pelo primeiro Profisco, a secretaria enfrenta novos desafios que precisam de investimento para serem superados. Foi olhando para os novos desafios que começamos a preparar o Profisco II. Além da Sefaz-PE, outros órgãos do Governo do Estado que executam ações em conjunto conosco, como as secretarias de Planejamento e de Administração, serão beneficiadas. Entre janeiro e fevereiro, trabalhamos no diagnóstico e elaboração da carta consulta. No dia 28 de abril obtivemos o aval do Governo Federal. Para que tenhamos os recursos do Profisco II em 2018 é necessário que assinemos o contrato até março, uma vez que 2018 trata-se de um ano eleitoral”, comentou.

MD-GEFIS deu suporte à elaboração da carta consulta

A avaliação de Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal (MD-GEFIS) considera que uma gestão fiscal eficiente está inserida em três eixos de atuação: a Gestão Fazendária e a Transparência Fiscal; a Administração Tributária e o Contencioso Fiscal; e, por fim, a Administração Financeira e o Gasto Público. Cada um desses eixos é composto por um conjunto de dimensões críticas, cujo desempenho e maturidade de seus processos são objeto de diagnóstico e verificação.

Esse instrumento de avaliação de maturidade, utilizado para identificar as áreas com maiores desafios na secretaria, foi resultado de um trabalho apoiado pela Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), fórum que reúne todas as secretarias da fazenda dos estados brasileiros. A MD-GEFIS foi estruturada especificamente para a realidade dos fiscos estaduais brasileiros. Foram definidas as

estratégias para implantação e análise dos resultados da MD-GEFIS, entre elas, o teste prévio do modelo com as equipes de coordenação do Profisco em unidades da federação.

Nesse sentido, durante o mês de fevereiro, a Sefaz-PE reuniu técnicos de várias áreas, próprios e de outros órgãos estaduais, para aplicar a MD-GEFIS. Os resultados deram suporte à elaboração da carta consulta do Profisco II enviada ao Governo Federal. Na mensuração da maturidade cada dimensão foi avaliada em seus processos críticos. Durante uma semana de diagnóstico avaliou-se mais de 140 processos e cerca de 1.100 requisitos. Em cada dimensão, os processos tiveram como base de pontuação o atendimento, ou não, de seus requisitos. Os requisitos foram selecionados de acordo com as melhores práticas (nacionais e internacionais) e com um olhar para o futuro da gestão fiscal.

Nota Fiscal Eletrônica será permitida para novos contribuintes

Sistemática proporcionará uma maior capacidade de cruzamento de dados

Todos os contribuintes, independente da atividade econômica, que se inscreverem no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco (Cacepe) já estão autorizados, desde o último dia 1º de maio, a emitir a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e). A autorização está prevista na Portaria 048/2017 publicada no Diário Oficial de Pernambuco do dia 24 de fevereiro de 2017. A maior adesão à NFC-e permitirá que a Secretaria da Fazenda de Pernambuco (Sefaz-PE) tenha maior capacidade de cruzamento de dados dos contribuintes e proporcionará uma economia de recursos para as empresas.

De acordo com o gerente do Segmento Econômico Malha Fina da Diretoria Geral do Planejamento e Controle da Ação Fiscal (DPC) da Sefaz-PE, Luiz Alberto Macedo, a NFC-e se constitui em uma vantagem para o fisco estadual por conta da automação do tratamento de dados, o que representará uma melhoria no processo de controle, no monitoramento e na fiscalização dos contribuintes. “A NFC-e tem a função de substituir o cupom fiscal que você recebe ao fazer uma compra em uma loja. A diferença para nós é a capacidade que teremos para tratar os dados, algo que era mais difícil com o cupom fiscal. Com ele, não temos a mesma agilidade no tratamento das informações”, comentou.

Luiz Alberto também falou da intenção da Sefaz-PE em autorizar o uso da NFC-e para todos os contribuintes do Estado no transcorrer do ano de 2017, bem como torná-la obrigatória em 2018. “Foi feito um escalonamento. Começamos desde janeiro a permitir que empresas como supermercados, mercearias e venda geral de alimentos adotassem a nota eletrônica. Grandes redes de supermercado já começaram a emitir. Até o final do ano pretendemos autorizar todos os contribuintes do Estado, independente da atividade econômica, a

emitirem a NFC-e. No ano que vem planejamos tornar a emissão obrigatória”, falou.

A NFC-e é um documento de existência digital, emitido e armazenado eletronicamente, que tem o objetivo de documentar as operações comerciais de vendas presenciais ou de vendas para entrega no domicílio do consumidor efetuadas dentro do estado. A NFC-e tem como função substituir a Nota Fiscal de Venda ao Consumidor e o Cupom Fiscal - emitido pelo Equipamento Emissor de Cupom Fiscal.



Equipe da SGP visita sítios produtores de orgânicos

Grupo viajou até Glória do Goitá e conferiu de perto a qualidade e os cuidados com a produção

A terra tratada com respeito. Assim como a água, os alimentos e o consumidor. Essa é a base da receita que faz a diferença quando o assunto é a alimentação orgânica. E foi sobre essa receita que a equipe da Superintendência de Gestão de Pessoas da Sefaz-PE foi conversar, em novembro do ano passado, nos sítios Malícia e Angico, em Glória do Goitá, a 62,2 km do Recife.

O grupo – formado pela superintendente de Gestão de Pessoas, Ana Paula De Albuquerque Xavier; a gerente de Desenvolvimento de Pessoas, Gláucia Ferraz e os servidores Margarida Souza e Valdomiro “Batatinha” (que contribui de forma proativa para o sucesso da feira no Edifício Sede) – foi recebido pelo presidente da Associação Malícia, Manoel José Alexandre, e pelos associados Antônio Melo e Paulo Pessoa Leão.

A primeira visita levou às hortas de legumes e hortaliças, onde se pôde constatar de perto a preocupação com a irrigação, o tratamento dado ao solo, à adubagem e à proteção contra fungos e parasitas que possam comprometer a qualidade do plantio. Entre couve, couve-flor, alface, quiabo, milho, jerimum, laranja, coco, batata doce, macaxeira, rúcula, espinafre, pimenta malagueta, mamão, goiaba, manga rosa, manga Tomy, jaca e acerola, beterraba, pimentão verde, vermelho e amarelo, macaxeira e mandioca, Antônio foi narrando como o selo “orgânico” é conferido.

“São vários cuidados que precisamos ter, desde a preparação do terreno. Não podemos usar veneno algum (nem de plantios anteriores) e temos que irrigar com água boa. O adubo é outro detalhe: fazemos do esterco do boi e, por isso, o gado não pode ter sido

alimentado com ração industrializada. Alimentamos com mato, folhagens e legumes”, explicou.

Contra as pragas? Inseticida orgânico, à base de pimenta, alho e hortelã da folha miúda. E se a “terra estiver lenta” para o desenvolvimento das mudas? “Usamos o adubo feito com a casca de mamona”, ensinou Antônio.

O local conta com um açude – que mina do solo e permite a irrigação espalhada entre os canteiros - mas para que a batalha contra a estiagem (uma das piores dos últimos 19 anos, segundo Paulo) seja vencida, a Associação Malícia une forças para a construção de um poço artesiano.



Alimentos colhidos dos sítios Malícia e Angico



Acima, a equipe SGP que visitou os sítios.
Abaixo, plantações dos produtos.



“
Nós plantamos com todos os cuidados para oferecer um produto de qualidade.
”

Atualmente, a Sefaz-PE realiza duas feiras orgânicas a cada semana. Nas terças-feiras, a feira ocorre no Edifício Sede, das 9h às 15h. A iniciativa da feira no Edifício Sede foi fruto de uma parceria entre a Sefaz-PE e o Tribunal de Justiça, firmada no ano passado. Em 2017, a Sefaz-PE trouxe a feira orgânica até o Edifício San Rafael no início de fevereiro. Desde então, o prédio tem cedido seu espaço para os agricultores todas as quintas-feiras, das 8h às 15h. “Estamos sempre nos reunindo com os agricultores familiares para buscar melhorar as feiras. O trabalho é diferenciado, pois os alimentos não levam agrotóxico e os preços são tabelados”, comentou Ana Paula Xavier.



Imagens da feira orgânica montada no Edifício Sede da Sefaz



Evolução e mudança de vida

O grupo da secretaria encontrou os membros da Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM) e pôde conferir os primeiros resultados obtidos com a participação na Feira Orgânica da Sefaz-PE.

José Emerson da Silva produz cenoura, beterraba, alface, coentro, cebola, cebolinha, pimentão, tomate, espinafre, manjerição, hortelã, pimenta, rúcula, manga, jaca, banana, caju, goiaba, coco, inhame e acerola em seu sítio. Antes, ajudante do pai nas tarefas com o plantio, agora começa a colher os primeiros frutos do seu trabalho.

“A Feira da Sefaz-PE mudou a minha vida. Agora planto, colho e vendo para mim. Melhorou muito”, disse, sendo seguido por Paulo, que mostra o porquê de tanta animação com o novo mercado. “Nós plantamos com todos os cuidados para oferecer um produto de qualidade, sem veneno. Quando levamos à feira livre, as pessoas não sabem o valor que o nosso produto tem. Então temos que vender mais barato e nem sempre sabemos se tudo terá saída. Já num evento voltado a quem conhece e prefere o orgânico, podemos ter um lucro maior, porque as pessoas sabem

que têm que pagar um pouco mais. Além disso, sabemos a média de quanto levar e assim nada se perde”, contou.

Além dos produtos agroecológicos, o grupo de mulheres da ASSIM desenvolve o beneficiamento de itens orgânicos como sucos, bolos, pães e doces. Entre elas, está Iracema Severina, que toda terça-feira leva os seus bolos, pasteis e doces para a Sede da Sefaz-PE e já começa a expandir seu local de trabalho. “Minha expectativa foi superada e muito. Em dois meses já comecei a construir a minha cozinha para ter o local apropriado de produção, e estou ampliando a minha casa”, revelou.

Ao conferir de perto todo o cuidado e as etapas de produção do que é comercializado na Sefaz-PE, a superintendente Ana Paula Xavier foi só elogios. “Eles contaram que nunca a Adagro encontrou irregularidades com a produção. São uma referência. E vimos hoje o quanto eles são sérios no que fazem. Estamos mais que satisfeitos e certos de que temos, sim, que expandir e levar a ideia adiante para o benefício dos nossos servidores (que terão alimentos com extrema qualidade) e dos produtores”, encerrou.



Momento da compra da feira montada no Edifício San Rafael

A 4ª edição da Revista Família Sefaz traz uma entrevista com Roberto Abreu, diretor da Diretoria Geral de Política Tributária (DPT). Durante o bate-papo, ele falou dos planos de aperfeiçoamento na política fiscal, buscando o aumento da arrecadação em paralelo com a redução da carga tributária, e das expectativas para o futuro da economia local e nacional.



Roberto Abreu, diretor da Diretoria Geral de Política tributária

Família Sefaz - Os dois últimos anos foram de total arrocho econômico, na maior crise econômica, social e política vivida pelos brasileiros. O ano de 2016 foi de reestruturação, ações e planejamentos muito bem pensados, urgentes, com o objetivo de estancar essa crise. Pernambuco vem fazendo bem o dever de casa e consegue manter-se vivo, em um cenário onde Estados importantes da Federação decretam falência. No ano passado, o PERC trouxe um reforço bem expressivo para o cofre estadual. Este ano, teremos como reeditar o Programa? Qual a perspectiva para 2017? Como o nosso Estado irá enfrentar as turbulências até o final deste ano?

Roberto Abreu - Não vejo condições para um novo programa de recuperação de créditos amplo como o PERC. Entretanto, em alguns setores específicos, como o Prodepe, entendo que possam ser revistas algumas regras novas estimulando a regularização com o Fisco. Este ano ainda deve ser de muitas dificuldades e um possível início tímido de recuperação da atividade econômica, porém a retomada do emprego só deverá começar a ocorrer mais próximo do final do ano ou em 2018. Nesse contexto em que deveremos enfrentar metas ousadas de arrecadação precisamos ser cada

vez mais inovadores, buscando aperfeiçoar ou criar políticas tributárias inéditas, além de uma mudança gradual na abordagem aos contribuintes, inclusive no modelo da ação fiscal vigente. Essa tem sido a diretriz dos nossos secretários Marcelo Barros e Bernardo D'Almeida.

Família Sefaz - Como você classifica a situação em que se encontrava a economia na virada de 2015/2016 e hoje? O cenário agora é mais promissor? Quais os maiores desafios a serem vencidos, de imediato e em longo prazo?

R.A - Sem dúvida o cenário é um pouco mais promissor. O endividamento das famílias caiu significativamente, a inflação voltou para os patamares pré-crise e os juros começam a declinar. O índice de confiança do empresariado está melhorando, porém só com a retomada dos investimentos públicos e privados e o aumento da utilização da capacidade instalada das indústrias é que poderemos voltar a gerar empregos e renda. Nossos maiores desafios são continuar perseguindo o equilíbrio fiscal, com incremento de receitas e controle das despesas, ampliarmos a capacidade de investimentos do Estado e nos prepararmos com bons projetos já concluídos para sermos um dos primeiros Estados a sair da crise, partindo na frente na

corrida por novos investimentos. No longo prazo devemos estar prontos para o fim da guerra fiscal e uma possível reforma tributária, o que limitará nossa capacidade de atrair investimentos privados sem incentivos fiscais do ICMS para oferecer. Nesse sentido precisamos ampliar e melhorar nossa infraestrutura e acelerar o processo de avanço da educação e da capacitação profissional da nossa gente.

Família Sefaz – Que medidas mais urgentes Pernambuco vêm adotando e adotará, nos próximos meses, para manter o equilíbrio e o ajuste fiscal? É possível vislumbrar uma diminuição da carga tributária em 2017?

R.A - Em 2016 tivemos um resultado muito bom com crescimento real da arrecadação do ICMS, mesmo com projeções de queda do nosso PIB por volta de 3,5%. Fomos criativos na política tributária e em alguns setores específicos fizemos ajustes com redução de carga tributária. Estamos sempre em busca de modelos onde mesmo com redução de carga tributária logramos aumento de arrecadação. Isso é possível e tem acontecido com frequência como no exemplo dos incentivos para importação de matérias-primas para indústrias instaladas aqui. Para 2017 devemos ser ainda mais inovadores, pois teremos que superar a arrecadação de 2016 e ao mesmo ajudar na recuperação da atividade econômica através da atração dos novos empreendimentos e da indução do emprego e renda. Nesse sentido não estão descartados novos incentivos fiscais.

Família Sefaz – Muito se falou sobre a necessidade de mudança de governo para que o Brasil pudesse frear a crise e retomar o crescimento, recobrando a confiança do mercado internacional. Essa mudança (de governo) aconteceu em 2016. Em 2017, há uma luz acendendo no fim do túnel? Você acredita que os investidores internacionais já estão retomando a confiança no Brasil?

R.A - Eu diria que o capital internacional ainda não está retomando a confiança no país, porém está acompanhando com lupa tudo que acontece. Com os indicadores econômicos melhorando o ambiente de negócios, e com reforço na estabilidade institucional e no combate à corrupção, teremos em breve o retorno dos investimentos internacionais. Ventos mais favoráveis começam a soprar e

nos resta torcer também para que a conjuntura internacional seja favorável no futuro próximo, pois estamos enfrentando um período de incertezas lá fora. Ainda assim estou otimista.





Formando uma nova geração de empreendedores

Estudantes das escolas integrais da rede estadual aprendem sobre ética, tributos e empreendedorismo.

Ana Cláudia e colaboradores

Criar uma nova geração de empreendedores, cidadãos e cidadãs éticos e conscientes da importância dos tributos para a manutenção dos serviços públicos. Essa é a proposta do Governo de Pernambuco ao introduzir conhecimentos de Educação Fiscal na disciplina de Empreendedorismo - que compõe a grade curricular dos três anos do Ensino Médio nas 300 escolas de referência do Estado. Com isso, desde o início de 2016, a abordagem de conteúdos específicos tornou-se obrigatória.

De acordo com a gerente de Educação Fiscal, Ana Cláudia Leimig, entraram no dia a dia dos estudantes temas como “ética e empreendedorismo”; “empreendedores éticos”; “importância da legalização da empresa”; “função social do tributo e importância da nota fiscal” e “especificidades no processo de compras na administração pública (licitação e empenho)”, dentre outros. “Essa ação introduz a temática da educação fiscal de forma permanente nas escolas integrais do estado. O nosso maior objetivo é fazer com que os jovens entendam que se a

sonegação for menor, abre-se a possibilidade de diminuição da carga tributária, uma vez que mais recursos estarão disponíveis para o Estado”, informa a gerente.

Segundo ela, pesquisa recente aponta que no Brasil, anualmente, perde-se em torno de 9,1% do Produto Interno Bruto (PIB) com a sonegação - o que corresponderia a menos R\$ 539,3 bilhões para os cofres públicos, levando-se em conta a estimativa do PIB do ano de 2015, com base nos dados do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

“Nesse mesmo estudo concluiu-se que se não houvesse evasão fiscal o peso da carga tributária poderia ser reduzido em quase 30%, ou seja, teríamos uma carga tributária de 22,86% em vez dos 32,66% em 2015. Essas informações precisam chegar aos jovens para que eles entendam que, se cada um fizer a sua parte, todos ganham. Precisamos formar empresários éticos, que contribuam para o desenvolvimento do estado”, explicou Ana Cláudia.

DRR II RF realiza quatro grandes operações de combate à sonegação



Mercadoria apreendida no Agreste

Nos quatro primeiros meses deste ano, a Diretoria Geral da Receita da II Região (DRR II RF), com atuação no Agreste, através da sua Gerência de Ações Fiscais Repressivas, realizou várias ações de combate à sonegação, incluindo as resultantes de parcerias com os fiscos de outros estados. De acordo com o diretor da DRR II RF, Benedito Santos, quatro se destacaram por conta do volume de apreensões e resultados tributários expressivos - operações “Fake Garlic”, “Fiado”, “Ecos da Paraíba” e “Transparência”.

A “Fake Garlic”, realizada até o momento em três fases, tendo uma nova etapa em andamento, abordou simultaneamente quatro locais, três deles clandestinos, e teve como resultado a apreensão de 11 mil caixas de alho, com base de cálculo em torno de R\$ 2 milhões. Já a operação “Fiado”, feita simultaneamente em quatro cidades e ainda em andamento, teve como alvo a rede de supermercados Avistão, com desdobramentos em uma empresa de empacotamento localizada no Agreste. Entre

as mercadorias apreendidas estavam açúcar, leite em pó e sardinha. Juntas, elas somam uma base de cálculo de R\$ 300 mil.

A operação “Ecos da Paraíba” foi resultado de uma diligência solicitada pelo Fisco da Paraíba para um contribuinte com depósitos em Caruaru e que teve mercadorias apreendidas inicialmente em Patos/PB. A DRR II RF abordou três locais pertencentes ao contribuinte, dois deles depósitos clandestinos, apreendendo açúcar, óleo, leite em pó, sardinha, sabão em pó, dentre outros produtos. A base de cálculo das mercadorias foi de R\$ 720 mil.

Por sua vez, a operação “Transparência” surgiu através de denúncias de aquisição irregular de vidros. Foram constatados produtos desviados do destino e manutenção de mercadorias em estoque sem documentação fiscal. A base de cálculo da apreensão foi de R\$ 208 mil.

Petrolina recebe reforço de novos auditores

III Região Fiscal recepcionou os servidores com boas vindas do diretor Elias Júnior

Em evento realizado no dia 02 de janeiro de 2017, a III RF – Petrolina ganhou o reforço de mais quatro auditores para combater a sonegação no Sertão Pernambucano. A cerimônia contou com a presença do diretor da regional, Elias Júnior, e dos gerentes das diversas unidades fiscais da III RF. O evento foi realizado como uma forma de integração e boas-vindas aos auditores e englobou a apresentação da estrutura organizacional da regional e os resultados alcançados em 2016.

Os auditores recém-chegados são Paulo Sérgio Oliveira de Souza, Rodrigo Coutinho Gomes e Thales Augusto Espindola Gonçalves,

que ingressam na Gerência de Ações Fiscais Repressivas (GEAFIR – Petrolina). Já Cindy Ferreira Barbosa ingressou na Agência da Receita Estadual em Ouricuri, também no Sertão do estado. “Trabalhar na Sefaz-PE é a realização de um grande sonho. Só tenho a agradecer a casa por ter me recebido com tanto carinho. Os desafios são diários, mas com dedicação e compromisso espero vencer todos eles”, declarou Cindy.

Os quatro novos auditores se juntam ao colega Francisco Ferreira da Silva Neto que já integrava a ARE – Petrolina desde agosto de 2016.



Paulo, Thalles e Francisco



Rodrigo



Cindy

Pernambuco vai aderir ao Protocolo ICMS 82

Monitoramento e controle das mercadorias será feito com uma maior eficiência e rigor



Cristiano Dias, diretor da Diretoria Geral de operações Estratégicas (DOE)

de Operações Estratégicas (DOE) da Sefaz-PE, Cristiano Dias, a criação da Central de Operações Estadual de Pernambuco (COE-PE) representa um avanço significativo para o combate às fraudes fiscais. “Os estados signatários têm a intenção de colaboração mútua e nesse protocolo estão previstas as COE's que ficarão responsáveis pelo intercâmbio de informações advindas da nota fiscal eletrônica e dos

Com o objetivo de interagir de forma mais eficiente com as secretarias da Fazenda dos demais estados, Pernambuco vai aderir ao Protocolo ICMS 82/2012, de junho de 2012. A adesão, ainda sem data definida, deverá ocorrer nos próximos meses. O protocolo prevê a criação de uma Central de Operações Estadual (COE) para cada um dos entes federativos signatários, atualmente 17, sem contar com o Distrito Federal, como forma de centralizar o monitoramento e o controle de entrada e saída de mercadorias, que estejam acobertadas por documentos fiscais eletrônicos, do interior desses estados. Além de representar em si um avanço na padronização e integração dos fiscos do Brasil, o Protocolo ICMS 82 estimula o avanço da informatização na fiscalização da circulação de produtos em todo território nacional.

demais sistemas fazendários estaduais. Grupos criminosos criam empresas fictícias em outros estados para fazer simulação de operações ou acobertar mercadorias irregulares, fruto de desvio de destino ou roubo de carga. Com a integração das COEs, vamos tomar conhecimento e combater as irregularidades relativas a documentos fiscais e ao trânsito de mercadorias de forma mais rápida”, comenta.

Por sua vez, o gerente de Suporte Operacional da Diretoria de Postos e Terminais Fiscais (DPF), Daniel Moura, também se mostra otimista com a possibilidade de maior eficiência na investigação de grupos de sonegadores, bem como na troca de tecnologia entre os estados signatários do documento. “O protocolo cria uma unidade na fiscalização, a COE, para que os estados monitorem, fiscalizem e acompanhem o

De acordo com o diretor da Diretoria Geral

trânsito interestadual de mercadorias. Além disto, ele também cria uma rede de troca de informações, tecnologia e inteligência entre esses entes da federação. Com isso, os estados poderão agir em cima de quadrilhas que tentem burlar o fisco e desarticular essas máfias”, informa.

Apesar de ainda não ter definido uma data de adesão, Pernambuco já tem feito testes para se adequar às mudanças de rotinas que serão feitas a partir da implementação da COE-PE. A principal ação, no momento, é o trabalho feito no Complexo Industrial de Suape através da Central de Operações Remotas da DOE. “A adesão ao protocolo é uma iniciativa que vai passar pela instalação da Central de Operações Remotas, que já vem funcionando em caráter experimental. Começamos a fazer cruzamentos de dados no caso específico das mercadorias de cabotagem que chegam a Suape. Isso está servindo como piloto da COE, que será algo bem mais amplo”, relatou Cristiano Dias. Entre 17 e

19 de abril, foi realizada uma visita de representantes da DOE e da DPF à Central de Monitoramento On-line (CMO) e à Central de Operações Estaduais (COE) da Sefaz -BA, com o objetivo de estudar o funcionamento dessas centrais no estado vizinho.

“
O protocolo cria uma unidade na fiscalização, a COE, para que os estados monitorem, fiscalizem e acompanhem o trânsito interestadual de mercadorias.
”



Convênios trazem benefícios para servidores



Ana Paula, superintendente da Superintendência de Gestão de Pessoas, e sua equipe

Programa visa melhorar a produtividade e estimular uma vida saudável

A Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco (Sefaz-PE), através da Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP), desenvolve ações do Programa Qualvida, implantado em 2013 e vinculado diretamente à Gerência de Desenvolvimento de Pessoas (GDEP). O Programa privilegia o bem-estar do trabalhador e a eficácia organizacional. Além disso, ele tem o objetivo de promover a integração, melhorar a produtividade e estimular um estilo de vida mais saudável, contemplados nos pilares: saúde, motivação, cultura, lazer, social e segurança.

A GDEP, desde então, vem renovando, atualizando e captando novos parceiros para firmar convênios, nas mais diversas áreas, ampliando a oferta de benefícios aos fazendários e colaboradores. Acessando o link do QualVida na Intranet é possível checar as ofertas de vários serviços nas áreas de educação (instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Técnico, Superior, Pós-Graduação e idiomas), saúde (pilates, yoga, psicologia, psiquiatria, odontologia e assessoria esportiva), lazer

(serviços de hotelaria, agência de turismo e parques) e outras. O desconto pode chegar até 60% do valor original, dependendo do serviço escolhido pelo servidor.

A superintendente de Gestão de Pessoas, Ana Paula Xavier, acredita que o programa QualVida pode proporcionar o maior desenvolvimento das capacidades humanas dos servidores. “Com a implantação desses programas buscamos elevar o grau de satisfação com o ambiente de trabalho, promovendo a saúde, a segurança, a integração social e o desenvolvimento das capacidades humanas”, comentou. A Sefaz-PE conta atualmente com 62 convênios, nove deles foram firmados neste ano.

Veja a lista completa neste link:

<http://intranetsefaz/flexpub/versao1/fil esdirectory/systems11920.pdf>

No descuido
é que mora
o perigo.



Em média, o mosquito
evolui do ovo à fase adulta
em apenas uma semana.
A partir daí já pode
infectar as pessoas.

Cerca de **90%** dos focos do *Aedes aegypti* estão nas
nossas casas, onde tem água parada e descoberta. Para
saber como combater o mosquito, o endereço é esse:

 pecontraomosquito.com.br

Saiba mais:  **0800.286.2828**